

Indicadores contábeis dos clubes de futebol rebaixados para a série B e acessos para a Série A: uma análise entre os anos de 2013 e 2018.

Resumo: A presente pesquisa buscou identificar o comportamento e a relação entre os indicadores contábeis nos clubes de futebol brasileiro rebaixados para a série B e dos clubes que acessaram a série A, entre os anos de 2013 e 2018. Visando atingir o objetivo proposto, foram coletadas as informações nas demonstrações contábeis dos respectivos clubes e apurado os indicadores de liquidez imediata, corrente e geral; composição do endividamento e endividamento geral; rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE) e rentabilidade do Ativo (ROA); representação do ativo intangível no balanço patrimonial e o resultado financeiros. Pode-se constatar que nos clubes rebaixados para a série B, a média dos indicadores de endividamento foram estáveis ao longo da série, tendo um baixo desvio padrão. Em contrapartida, o indicador de Liquidez Imediata nos clubes com acesso para a série A, tiveram poucas oscilações, indicando ser uma característica destes clubes. O ROE teve um alto desvio padrão ao longo da série, indicando que esses coeficientes são peculiares de cada clube. Observou-se também que três clubes não registraram seus atletas na conta de ativo intangível, como determina a NBCT 10.13.

Formatado: Não Realce

Formatado: Não Realce

Palavras-Chave: Clubes de futebol; Indicadores; Demonstrações contábeis.

1. Introdução

O futebol é um dos principais esportes praticados no mundo, atravessando várias gerações e passando por aperfeiçoamento em técnicas e em modelos de gestão. De acordo com Rezende, Dalmácio e Salgado (2010), o reconhecimento do futebol no Brasil aconteceu por meio do Chales Miller no ano de 1894, sendo considerado o precursor dessa atividade.

A prática do futebol tem sua importância na sociedade, uma vez que ela envolve aspectos sociais, por meio da mobilização de pessoas; culturais, sendo que os times representam alguma região; e por fim, econômico, movimentando recursos financeiros via ingressos (bilheteria), vendas de adereços esportivos, entre outros. Em relação ao aspecto econômico, Dantas e Boente (2011) mencionam que o futebol é visto como uma indústria que além de fornecer entretenimento, é responsável por circular um alto volume de recurso financeiro durante as temporadas.

Nesse âmbito, Matos et al. (2015) ratificam esse impacto do futebol na economia, ao explicar que esse esporte adquiriu um status de negócio. Bastos, Pereira e Tostes (2007) e Liszbinski et al. (2012) corroboram com essa análise, uma vez que a magnitude do futebol gera quantias de recursos financeiros que são mobilizadas por clubes e sócios em transações diversas, ocasionando em um significativo impacto econômico.

Com o passar dos anos, algumas legislações contribuíram para o desenvolvimento dos clubes de futebol instituírem modelos efetivos de gestão e governança, equiparando-as como empresas. Em relação a equiparação como sociedades comerciais, em 1993 a Lei Zico (Lei n.º 8.672) permite aos clubes, de maneira opcional, a migrarem para sociedades comerciais. Por sua vez, a partir de 1998 com a homologação da Lei Pelé (Lei n.º 9.615), as entidades desportivas são obrigadas a se equiparar às sociedades comerciais.

Diante desse novo modelo jurídico e de gestão, Guzmán e Morrow (2007) afirmam que os clubes passam a ser julgados dentro e fora do campo. Nesse aspecto, a contabilidade é

fundamental, uma vez permite aos clubes fornecer transparência aos seus torcedores e permite aos gestores dos clubes tomarem decisões que contribuam para o crescimento do clube.

Como forma de melhorar o processo de gestão do esporte, Barros, Assaf e Sá-Earp (2010) destacam a importância de relacionar resultados esportivos dos clubes com resultados econômico-financeiros. Dantas (2013) afirma que outros estudos têm relacionado resultados econômico-financeiros com resultados operacionais, ou seja, vitórias conquistadas, com variáveis de tamanho, endividamento, liquidez, rentabilidade, títulos conquistados, entre outros.

Nesse cenário, o presente artigo visa responder a seguinte questão problema: Qual o comportamento e a relação dos indicadores contábeis nos clubes de futebol rebaixados para a série B, e com acesso para a série A entre os anos de 2013 e 2018? Assim, o objetivo da pesquisa é analisar o comportamento e a relação dos indicadores dos clubes brasileiros rebaixados para a série B bem como os clubes que acessaram a série A, entre os anos de 2013 e 2018.

Formatado: Não Realce

Formatado: Não Realce

Como justificativa do estudo argumenta-se que a contabilidade tem contribuído na gestão cada vez mais para a gestão dos clubes esportivos (instituições sem fins lucrativos), fornecendo transparência e instrumentos para a tomada de decisão. No caso desta pesquisa, almeja-se evidenciar o comportamento e a relação dos indicadores contábeis nos clubes rebaixados para a série B e que tiveram acesso para a série A.

O artigo está delimitado a atender o objetivo expresso, de forma que não é propósito deste trabalho abranger clubes rebaixados para outras séries que não sejam a B e de outros acessos que não sejam da série A. Além disso, não buscou-se aplicar estatística de correlação, para identificar se os indicadores da pesquisa contribuem para explicar o motivo do rebaixamento dos clubes.

2. Fundamentação teórica

Com base em fontes normativas e na literatura especializada, nesta seção são apresentadas as contribuições da contabilidade nas entidades desportivas, bem como descrição e finalidade de alguns indicadores contábeis.

2.1 Contabilidade nos clubes desportivos

Com o passar dos anos, a contabilidade tem contribuído cada vez mais para vários setores e entidades do mercado. No que tange às organizações que desenvolvem atividades desportivas no Brasil, por meio da NBC T 10.13 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) visou estabelecer critérios e procedimentos com o objetivo de nortear boas práticas para estas organizações (Normas Brasileiras de Contabilidade, 2013).

Antes dessa atuação direta da contabilidade, algumas legislações contribuíram para o desenvolvimento de alguns mecanismos de gestão nos clubes desportivos. Segundo Buesa e Araújo (2012), o Decreto-Lei n.º 3.199, de 1941 foi a primeira norma a tratar especificamente sobre entidades desportivas, em que não permitia a obtenção de lucros por parte de tais entidades. Essa limitação vigorou até o ano de 1993, quando foi decretada a Lei Zico (Lei n.º 8.672), que permitia a transformação de clubes em sociedades comerciais (HOLANDA et al., 2012). No ano de 1998, estabeleceu-se a Lei n.º 9.615, comumente conhecida de “Lei Pelé”, que criou a obrigatoriedade das entidades desportivas a se equiparar a sociedades comerciais.

Diante disso, Araújo et al. (2013) afirma que os clubes brasileiros de futebol são considerados sociedade civis de caráter desportivo, social e cultural. Para atingir seus

objetivos esportivos e financeiros, os clubes necessitam de atletas capacitados tecnicamente, sendo estes os principais ativos de um clube de futebol.

De acordo com a estrutura conceitual do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), um ativo é um recurso controlado pela entidade, decorrente de eventos passados, do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros para a entidade. A Interpretação Técnica Geral 2003 (ITG 2003) estabelece que os jogadores dos clubes sejam registrados como ativos intangíveis. Nos clubes de futebol, os jogadores podem gerar receitas para a instituição de diferentes formas, podendo ser por meio das “participações nas partidas que podem culminar em premiações de competições e, também, atrair mais torcedores aos estádios, gerando uma maior renda de bilheteria” (MARÇAL, 2018), além dos direitos de imagem televisivos e patrocínios.

Segundo Guzmán e Morrow (2007), as entidades desportivas são julgadas dentro e fora do campo, precisam conquistar vitórias e títulos, como também ter lucros e boa situação financeira. No âmbito do futebol, a tendência é quanto mais receita os clubes obtém, maior é o investimento em jogadores, tendo como propósito a obtenção de títulos e consequentemente gerando retorno financeiro. No entanto, Dantas & Boente (2011) destacam que na atividade futebolística, nem sempre se comportam dessa forma, sendo que todo negócio existe um risco, e neste caso, o item fundamental deste negócio é o ser humano.

Dado o risco do negócio, os gestores dos clubes esportivos precisam se adequar as premissas do mercado e utilizar o orçamento do clube de maneira eficiente e eficaz, com base nos recursos disponíveis. Rezende, Facure e Dalmácio (2009, p. 14) destacam que não é suficiente alterar o enquadramento societário e institucional dos clubes desportivos, sendo necessário, também, promover a efetiva implementação das práticas da boa governança. Dessa forma, percebe-se a importância da gestão e governança corporativa nas entidades desportivas, uma vez que isso corrobora para os resultados dentro e fora de campo.

2.2 Indicadores contábeis

As demonstrações contábeis são relatório que evidenciam a situação econômica e financeira de uma empresa em um determinado período. O objetivo das demonstrações contábeis consiste em fornecer “informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas” (CPC 26_R1, 2011, p. 05).

No que tange as entidades desportivas, segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2003), essas instituições elaborar as seguintes demonstrações: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

Como instrumento de gestão e por meio dos demonstrativos contábeis é possível relacionar variáveis e criar indicadores, possibilitando o acompanhamento e a mensuração das metas preestabelecidas da companhia, bem como auxilia na identificação de problemas e possibilidades de melhorias (SANTOS, DANI, HEIN, 2016). De acordo com Assaf Neto (2014), a análise das demonstrações financeiras visa o estudo do desempenho econômico-financeiro de uma companhia em um determinado período passado, com vistas a produzir resultados que sirvam de referência para previsão de tendências futuras.

Os indicadores econômicos e financeiros permitem que gerar dados que forneçam clareza para uma determinada análise ou indiquem comprovações do desempenho econômico-financeiro da entidade (PADOVEZE, BENEDICTO, 2011). Matarazzo (2010) evidencia que

os indicadores servem como forma de mensurar diversos aspectos econômico-financeiros das empresas, o que permite gerar planos de avaliação dos clubes de futebol.

De acordo com Saporito (2015, p. 150), esses indicadores podem ser divididos em três categorias diferentes, sendo: uma para avaliar liquidez, estrutura e por fim, rentabilidade. Segundo Marion (2012, p. 75) os indicadores de liquidez "são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos". Dessa forma, a pessoa que analisará esses indicadores de liquidez observará as condições de capacidade de a entidade pagar suas dívidas.

Em relação aos índices de estrutura, podemos destacar o quesito de endividamento da entidade, sendo que esses indicadores apresentam informações aos analistas se a empresa utiliza mais recursos de terceiros ou dos sócios da instituição, para desenvolver suas atividades (MARION, 2012). Por sua vez, nos índices de rentabilidade, os quocientes "relacionam usualmente uma medida específica de lucro relatada na, ou derivada da demonstração do resultado, à determinado (s) grupo (s) patrimonial (ais) do balanço" (MARQUES et al., 2015, p. 130), ou seja, evidencia o rendimento dos investimentos realizados pela entidade e o grau de eficácia econômica.

No cenário do futebol, Barros, Assaf e Sá-Earp (2010) afirmam que, além da possibilidade em avaliar o desempenho dos clubes no aspecto econômico-financeiro por meio de indicadores, é importante relacionar essas informações com o resultado esportivos dos clubes, para apoio a tomada de decisão dos gestores do clube. Nesse aspecto, a presente pesquisa buscou analisar os clubes rebaixados para a série B, por meio dos seguintes indicadores: resultado financeiro, representação do ativo intangível no balanço patrimonial, liquidez geral, imediata e corrente; endividamento geral, composição de endividamento e dependência financeira.

2.3 Estudos anteriores

A literatura referente à contabilidade nas entidades desportivas futebolísticas é composta, em sua maioria, por estudos e normas lançadas a partir do século XXI. A seguir são apresentados estudos anteriores que utilizaram a abordagem similar à desta pesquisa.

Santos, Dani e Hein (2016) analisaram a relação entre os rankings formados pela Confederação Brasileira de Futebol e indicadores econômico-financeiros dos clubes de futebol brasileiros. Esse estudo utilizou uma amostra de trinta e seis clubes, que abrangem a série A, B e C no ano de 2014.

Hoffmann e Frey (2017) abordaram índices contábeis, para analisar a situação econômico-financeira dos clubes de futebol de Santa Catarina entre os anos de 2012 a 2016. Esses autores avaliaram, especificamente a "rentabilidade, a capacidade de pagamento das obrigações no curto e longo prazo e, também, a estrutura de capital destas entidades, observando assim o tamanho e a distribuição das suas dívidas".

Com uma abordagem quantitativa e qualitativa, Souza, Kich e Kich (2018) analisaram a situação econômico-financeira dos cinco maiores clubes de futebol brasileiro, entre o período de 2015 e 2017. Os resultados, segundo os autores, evidenciaram que os clubes da amostra não possuem uma situação econômico-financeira estável, uma vez que apresentaram baixa liquidez, alto endividamento e lucratividade baixa.

Benin, Diehl e Markezan (2019) empregaram uma análise dos indicadores não financeiros e clubes de futebol brasileiros que estiveram pelo menos uma vez na série A do campeonato brasileiro, entre os anos de 2012 e 2014. Os autores concluíram que o nível de

divulgação das informações está diretamente correlacionado com o tamanho dos clubes e contribui para a rentabilidade da instituição.

Souza e Silva (2019) tiveram como objetivo analisar a situação econômico-financeira do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e do Sport Club Internacional, entre os exercícios de 2013 e 2017. Segundo os autores, os resultados apresentaram uma relação significativa entre o sucesso financeiro e desportivo, ou seja, o clube com bom desempenho em campo traz maiores rendimentos, de modo que clube rebaixado afeta diretamente a situação financeira do clube.

3. Metodologia

3.1 Aspectos metodológicos

Para alcançar os objetivos propostos da presente pesquisa e diante do problema formulado, este trabalho utiliza uma abordagem metodológica. Segundo Gil (2010, p. 27), em relação aos objetivos, uma pesquisa pode ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa. Quanto à tipologia, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, uma vez que buscou-se analisar o comportamento dos indicadores contábeis de alguns clubes de futebol brasileiros. Quanto à abordagem do problema classifica-se predominantemente como quantitativa.

Como fonte dos dados, utilizou-se as demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiro, especificamente o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício. Em relação aos indicadores, buscou-se abordar: a representação do intangível no balanço patrimonial; indicadores de liquidez, de nível de endividamento e de retornos financeiros.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa é classificada-se como documental, uma vez que “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (RAUPP; BEUREN, 2014, p. 89). O objeto de estudo desta pesquisa são os clubes rebaixados para a série B, entre os anos de 2013 e 2018.

No campeonato brasileiro, a cada ano, são rebaixados quatro clubes da série A que obtiveram a menor pontuação. Dessa forma, a amostra é composta por clubes do campeonato brasileiro rebaixados para a série B entre os anos de 2013 a 2018 totalizando 24 clubes, sendo que em 2018 foram: Sport, América-MG, Vitória, Paraná; 2017: Coritiba, Avaí, Ponte Preta, Atlético-GO; 2016: Internacional, Figueirense, Santa Cruz, América-MG; 2015: Avaí, Vasco da Gama, Goiás, Joinville; 2014: Vitória, Bahia, Botafogo, Criciúma; e 2013: Portuguesa, Vasco da Gama, Ponte Preta, Náutico.

Além disso, a amostra também contempla clubes com acesso para a série A, entre os anos de 2013 e 2018, totalizando 24 clubes, sendo 2018: Sport, América-MG, Vitória, Paraná; 2017: Coritiba, Avaí, Ponte Preta, Atlético-GO; 2016: Internacional, Figueirense, Santa Cruz, América-MG; 2015: Avaí, Vasco da Gama, Goiás, Joinville; 2014: Vitória, Bahia, Botafogo, Criciúma; 2013: Portuguesa, Vasco da Gama, Ponte Preta, Náutico.

Nesse aspecto, foram examinados o Balanço Patrimonial, bem como a Demonstração de Resultado do Exercício desses clubes, no período de 2013 a 2018. A escolha por esses clubes justifica-se pelo fato de estarem em uma nova posição, foram rebaixados para a série B ou com acesso para a série A, e essa classificação ocorreu devido a performance esportiva, assim, a presente pesquisa buscou evidenciar alguns indicadores contábeis dessa amostra de clubes.

Formatado: Recuo: Primeira linha:
1,25 cm

3.2 Indicadores

Com vistas a atingir o objetivo proposto da presente pesquisa, buscou-se informações nas demonstrações contábeis dos clubes rebaixados para a série B, entre o período de 2013 e 2018. O Quadro 1, apresenta os indicadores utilizados nesta abordagem.

Quadro 1 – Indicadores de liquidez, estrutura e rentabilidade

Índice	Fórmula	Significado
Resultado financeiro	$\frac{\text{Receitas totais} - (\text{Despesas} + \text{Custos} + \text{Amortizações} + \text{Depreciações} + \text{Depreciações})}{\text{Receitas totais}}$	Indica se os clubes de futebol tiveram superávit (receitas maiores que despesas) ou déficits (despesas maiores que receitas).
Representação do intangível no Balanço Patrimonial	$\frac{\text{Ativo Intangível}}{\text{Ativo Total}}$	Representação do Ativo Intangível frente ao patrimônio total da entidade.
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	Quanto a organização possui de Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de sua dívida total.
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Indica o quanto possui do Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante.
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	Revela a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem liquidadas imediatamente.

Formatado: Fonte: 12 pt

Tabela formatada

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Endividamento Geral	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Ativo Total}}$	Indica quanto a entidade possui de Capital de Terceiros para cada R\$ 1,00 de Ativo Total.	Formatado: Fonte: 12 pt
Composição de Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}}$	Indica qual a proporção entre as obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais.	Formatado: Fonte: 12 pt
Rentabilidade do Ativo (ROA)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	Revela quanto a entidade obtém de lucro para cada R\$ 1,00 de investimento total.	Formatado: Fonte: 12 pt
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Indica quanto a entidade obtém de lucro líquido para cada R\$ 1,00 investido de capital próprio	Formatado: Fonte: 12 pt

Elaborado pelos autores com base no Matarazzo (2010), Assaf Neto (2015) e Iudícibus (2017).

4. Resultados

Neste capítulo será apresentado os resultados da pesquisa. Na seção 4.1 é evidenciado os resultados dos clubes rebaixados para a série B, enquanto na seção 4.2 são os resultados dos clubes que tiveram acesso para a série A.

4.1 Clubes rebaixados para a série B

Nesta seção é apresentado a relação dos clubes rebaixados para a série B e o resultado da análise das variáveis da presente pesquisa, conforme exposto na seção anterior. A tabela a seguir evidencia o resultado financeiro dos clubes e a representação do ativo intangível diante do Balanço Patrimonial, entre o período de 2013 e 2018.

Tabela 1. Relação de clubes rebaixados para a Série B com os respectivos resultados financeiros e a representação do ativo intangível no Balanço Patrimonial

ANO	Clube	Resultado	Representação do Ativo
-----	-------	-----------	------------------------

		Financeiro (R\$ mil)	intangível no Balanço Patrimonial
2018	Sport	-14.383	28,76%
	América-MG	-3.836	1,41%
	Vitória	-3.982	12,98%
	Paraná	8.198	3,00%
2017	Coritiba	-8.722	15,32%
	Avaí	5.943	9,30%
	Ponte Preta	-5.690	33,06%
	Atlético-GO	-716	5,90%
2016	Internacional	-11.134	69,77%
	Figueirense	2.614	19,81%
	Santa Cruz	-3.661	8,84%
	América-MG	9.531	2,79%
2015	Avaí	-12.529	4,14%
	Vasco da Gama	119.806	25,04%
	Goiás	25.527	13,39%
	Joinville	-288	23,51%
2014	Vitória	65	40,95%
	Bahia	-13.689	19,47%
	Botafogo	-174.844	10,62%
	Criciúma	4	14,63%
2013	Portuguesa	-27.496	0,00%
	Vasco da Gama	-3.511	17,61%
	Ponte Preta	1.353	0,00%
	Náutico	-721	0,91%

Formatado: Fonte: 12 pt

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas demonstrações contábeis dos clubes.

Por meio da Tabela 1, percebe-se que tiveram clubes que foram rebaixados mais de uma vez, ao longo da série histórica. No total, cinco clubes foram rebaixados mais de uma vez, são eles: Vasco da Gama (2013 e 2015); Ponte Preta (2013 e 2017); Avaí (2015 e 2017); Vitória (2014 e 2018) e América MG (2016 e 2018).

Em relação ao resultado financeiro, nota-se que há uma variação entre clubes ao longo dos períodos, sendo que dos vinte e quatro clubes, quinze (62,5%) apresentaram déficits e nove (37,5%) apresentaram superávits. O maior superávit foi do clube Vasco da Gama em 2015 com R\$ 119,8 milhões e o menor superávit foi do Criciúma em 2014, com R\$ 4 mil reais. Por sua vez, o clube com maior déficit foi o Botafogo em 2014 com -R\$ 174,8 milhões enquanto Joinville teve o menor déficit em 2015 com -R\$ 288 mil.

Os ativos intangíveis nos clubes de futebol expressam, em sua maioria, o capital humano dos clubes, ou seja, todos atletas, que podem gerar vantagem competitiva, assim, benefício econômico futuro. Por meio da tabela 1, é possível perceber que o clube com maior ativo intangível foi o Internacional (2016), com 69,77%. Por outro lado, Portuguesa e Ponte Preta, não registraram ativos intangíveis nos seus balanços em 2013. Isso ocorreu pois ambos os clubes registraram os contratos de seus atletas (incluindo direito de imagem) no ativo circulante.

Tabela 2. Estatística descritiva das variáveis

Indicadores	ANO	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Liquidez Geral	2013	0,50	2,03	1,22	1,17	0,68
	2014	0,12	2,65	1,09	0,80	1,15
	2015	0,47	0,85	0,57	0,48	0,19
	2016	0,59	2,93	1,56	1,35	1,02
	2017	0,76	1,61	1,15	1,11	0,44
	2018	0,77	2,51	1,34	1,05	0,79
Liquidez Imediata	2013	0,0002	0,0101	0,0036	0,0021	0,0044
	2014	0,0007	0,2107	0,0638	0,0218	0,0996
	2015	0,0007	0,0857	0,0265	0,0099	0,0397
	2016	0,0008	0,0084	0,0039	0,0032	0,0034
	2017	0,0061	0,1816	0,0825	0,0712	0,0886
	2018	0,0002	0,6736	0,1693	0,0018	0,3362
Liquidez Corrente	2013	0,01	0,37	0,12	0,05	0,17
	2014	0,03	0,64	0,31	0,29	0,32
	2015	0,17	0,61	0,31	0,23	0,21
	2016	0,29	1,49	0,65	0,41	0,56
	2017	0,09	0,65	0,33	0,29	0,23
	2018	0,07	0,87	0,29	0,11	0,39
Endividamento Geral	2013	0,49	2,00	1,09	0,93	0,68
	2014	0,38	8,03	3,08	1,95	3,52
	2015	1,18	2,14	1,87	2,08	0,46
	2016	0,34	1,69	0,90	0,79	0,59
	2017	0,62	1,32	0,97	0,98	0,37
	2018	0,40	1,30	0,90	0,95	0,38
Composição do Endividamento	2013	0,41	0,96	0,64	0,60	0,26
	2014	0,28	0,71	0,47	0,44	0,20
	2015	0,29	0,67	0,43	0,38	0,17
	2016	0,15	0,55	0,43	0,50	0,19
	2017	0,11	0,31	0,21	0,21	0,08
	2018	0,10	0,71	0,39	0,36	0,25
ROA	2013	-18,4%	0,6%	-4,8%	-0,7%	0,09
	2014	-155,58%	0,08%	-43,05%	-8,35%	0,75
	2015	-21,14%	71,63%	22,53%	19,81%	0,42
	2016	-5,85%	5,92%	0,80%	1,57%	0,05
	2017	-4,32%	9,25%	-0,06%	-2,58%	0,06
	2018	-6,7%	5,7%	-1,9%	-3,3%	0,05
ROE	2013	-0,8%	102,5%	26,1%	1,4%	0,51
	2014	0,0%	22,1%	7,6%	4,1%	0,10
	2015	-66,4%	120,4%	4,3%	-18,4%	0,82
	2016	-256,1%	6,5%	-65,3%	-5,7%	1,27
	2017	-48,61%	16,52%	-7,25%	1,54%	0,29
	2018	-1151,4%	16,3%	-302,1%	-36,7%	5,67

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas demonstrações contábeis dos clubes.

Com base no exposto da Tabela 2, pode-se observar que o Retorno do Patrimônio Líquido (ROE) é a variável que apresenta maior desvio padrão ao longo da série, ou seja, uma maior discrepância entre o valor mínimo e o valor máximo dos dados. Isso evidencia que os clubes rebaixados para a série B, apresentam diferentes proporções de lucro líquido e patrimônio líquido. Por sua vez, a Composição de Endividamento foi o indicador com menor desvio padrão, revelando que as proporções entre as obrigações de curto prazo com as obrigações totais são semelhantes nos clubes rebaixados para a série B.

Em relação as médias dos índices de liquidez, nota-se que os clubes possuem uma Liquidez Geral acima de um (com exceção de 2015), indicando que os têm capacidade em quitar suas dívidas de curto e longo prazo. Quanto a Liquidez imediata, evidencia-se que os clubes não possuem disponibilidades suficientes para quitar suas obrigações a curto e curtíssimo prazo, assim como a Líquida Corrente, que revela insuficiência do ativo circulante para cobrir o passivo circulante.

A média do endividamento geral ao longo dos anos ficou próximo do coeficiente um, indicando que a maioria dos clubes rebaixados para a série B possuem aproximadamente R\$ 1,00 de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de ativo total, ou seja, a participação de capital de terceiros é presente. A máxima do endividamento geral foi de 8,03 no ano de 2014, enquanto a mínima foi de 0,38 no mesmo ano.

Quanto a composição do endividamento, a média variou na maioria dos anos próximo do coeficiente 0,50, ou seja, para cada R\$ 1,00 de capital de terceiros, os clubes possuem em média R\$ 0,50 de obrigações a curto prazo (metade do capital de terceiros). O maior índice da composição do endividamento foi de 0,96 no ano de 2013 e o menor foi de 0,10 no ano de 2018.

Nos índices de rentabilidade, tanto a média da rentabilidade do Ativo (ROA) quanto da rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE) tiveram em alguns anos resultados negativos, indicando que os clubes de futebol brasileiro rebaixados para a série B não obtiveram retornos positivos na utilização de seus ativos durante o exercício social.

Tanto o ROA quanto o ROE não é possível perceber um padrão do indicador, uma vez que tiveram desvios padrões altos, sendo assim, percebe-se que não são variáveis que explicam o motivo dos clubes terem sido rebaixados para a série B. Em relação ao ROA, todas as mínimas da série histórica foram negativas, sendo que a menor foi em 2014 com -155,58%, revelando que para cada R\$ 1,00 de investimento total, o clube obteve um prejuízo de R\$ 155,58. Por sua vez, a máxima desse índice foi em 2015 com 71,63%.

Quanto ao ROE, um clube obteve a mínima em 2018 com -1.151,4%, enquanto a máxima ocorreu em 2015 com 120,4%. No primeiro caso, pode-se interpretar que para cada R\$ 1,00 de capital próprio, um clube obteve um prejuízo de aproximadamente R\$ 1.150,00, enquanto no segundo caso resultou-se em um lucro de R\$ 120,00 para cada R\$ 1,00 de capital próprio.

4.2 Clubes com acesso para a série A

Nesta seção é apresentado a relação dos clubes que tiveram acesso para a série A e o resultado da análise das variáveis da presente pesquisa. A tabela a seguir evidencia o resultado financeiro dos clubes e a representação do ativo intangível diante do Balanço Patrimonial, entre o período de 2013 e 2018.

Tabela 3. Relação de clubes com acesso para a Série A, com os respectivos resultados financeiros e a representação do ativo intangível no Balanço Patrimonial

ANO	Clube	Resultado Financeiro (R\$ mil)	Representação do Ativo intangível no Balanço Patrimonial
2018	Fortaleza	-1.503	29,46%
	CSA ^[1]	ND	ND
	Avaí	24.361	7,99%
	Goiás	9.329	14,47%
2017	América-MG	-3.836	1,41%
	Internacional	-62.569	6,94%
	Ceará	3.194	11,95%
	Paraná	-45.036	2,99%
2016	Atlético-GO	-1.567	0,03%
	Avaí	-7.760	5,42%
	Vasco da Gama	11.914	24,68%
	Bahia	21.810	26,09%
2015	Botafogo	108.801	5,54%
	Santa Cruz	-3.389	2,30%
	Vitória	-7.607	17,23%
	América-MG	-9.439	0,00%
2014	Joinville	312	10,96%
	Ponte Preta	479	33,23%
	Vasco da Gama	-13.642	25,04%
	Avaí	245	1,79%
2013	Palmeiras	-22.621	16,61%
	Chapecoense ^[1]	ND	ND
	Sport ^[1]	ND	ND
	Figueirense	-19.632	14,05%

Nota [1]: Não disponível as demonstrações contábeis.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas demonstrações contábeis dos clubes.

Por meio da Tabela 3, nota-se que tiveram clubes que subiram para a série A mais de uma vez, ao longo da série histórica. No total, três clubes acessaram a série A mais de uma vez, são eles: Vasco da Gama (2014 e 2016); Avaí (2014, 2016 e 2018); e América MG (2015 e 2017). Destaca-se que as demonstrações contábeis do Sport, Chapecoense e CSA não estavam disponíveis.

Em relação ao resultado financeiro, nota-se que há uma variação entre clubes ao longo dos períodos, sendo que dos vinte e quatro clubes, onze (45,83%) apresentaram déficits, dez (41,67%) apresentaram superávits e três clubes (12,50%) não disponibilizaram suas demonstrações contábeis em seus sites oficiais. O maior superávit foi do clube Botafogo em 2015 com R\$ 108,8 milhões e o menor superávit foi do Avaí em 2014, com R\$ 245 mil reais. Por sua vez, o clube com maior déficit foi o Internacional em 2017 com -R\$ 62,5 milhões enquanto Fortaleza teve o menor déficit em 2018 com -R\$ 1,5 mil.

Quanto aos ativos intangíveis frente ao Balanço Patrimonial, percebe-se por meio da tabela 3, que o clube com maior ativo intangível foi o Ponte Preta (2014), com 33,23%. Em contrapartida, o América MG em 2015 não registrou ativos intangíveis no seu balanço, pois segundo a nota explicativa, o clube não detinha controles internos suficiente para registrar,



2017	-146,48%	253,15%	21,43%	-10,47%	1,67
2018	-309,77%	8,57%	-126,9%	-79,66%	1,64

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas demonstrações contábeis dos clubes.

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Formatado: Fonte: 12 pt

Diante da Tabela 4, observa-se que o Retorno do Patrimônio Líquido (ROE) é a variável que apresenta maior desvio padrão ao longo da série histórica. Isso evidencia que, assim como os clubes rebaixados para a série B, os clubes que acessaram a série A apresentam diferentes proporções de lucro líquido e patrimônio líquido. Por sua vez, a Liquidez Imediata foi o indicador com menor desvio padrão, revelando que as proporções entre as disponibilidades e as obrigações totais a curto prazo (passivo circulante) são semelhantes nos clubes com acesso para a série A.

Quanto às médias dos índices de liquidez, nota-se que os clubes possuem uma Liquidez Geral abaixo de um (com exceção de 2017), indicando que os clubes não têm capacidade em quitar suas dívidas de curto e longo prazo. Assim como os clubes rebaixados para a série B, os clubes com acesso para a série A possuem indicadores de Liquidez Imediata e Corrente abaixo de um, ou seja, não possuem recursos financeiros suficientes para cobrir com suas obrigações de curto e curtíssimo prazo.

A média do endividamento geral ao longo dos anos ficou acima do coeficiente um (com exceção de 2017), indicando que a maioria dos clubes com acessos para a série A possuem mais de R\$ 1,00 de capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de ativo total, dessa forma, a participação de capital de terceiros tem representatividade. A máxima do endividamento geral foi de 7,22 no ano de 2015, enquanto a mínima foi de 0,11 em 2017.

A média da composição do endividamento dos clubes com acesso para a série A ficaram acima do coeficiente 0,50, assim, para cada R\$ 1,00 de capital de terceiros, os clubes possuem em média, mais de R\$ 0,50 de obrigações a curto prazo. O maior índice da composição do endividamento foi de 0,99 em 2016 e 2017 e o menor foi de 0,13 no ano de 2014.

Assim como os clubes rebaixados para a série B, os que tiveram acesso para a série A apresentaram, em alguns anos, indicadores de rentabilidade negativos, evidenciando que não tiveram retornos positivos com seus ativos. A rentabilidade do ativo (ROA) dos clubes com acesso para a série A foram todos positivos e tiveram poucas oscilações ao longo da série histórica. Em relação as mínimas da ROA, a menor foi em 2013 com -49,70%, revelando que para cada R\$ 1,00 de investimento total, o clube obteve um prejuízo de R\$ 49,70. Em contrapartida, a máxima desse indicador foi em 2014 com 0,19%.

Quanto ao ROE, um clube obteve a mínima em 2018 com -309,77%, enquanto a máxima ocorreu em 2013 com 22,51%. No primeiro caso, pode-se interpretar que para cada R\$ 1,00 de capital próprio, um clube obteve um prejuízo de aproximadamente R\$ 309,77, enquanto no segundo caso obteve-se um lucro de R\$ 22,51 para cada R\$ 1,00 de capital próprio.

4.3 Discussão dos resultados

Com base na análise dos dados apresentados nas seções anteriores, é possível relacionar esta pesquisa com os outros trabalhos abordados na seção 2.3. Logo, pode-se constatar as contribuições, semelhanças e diferenças entre os resultados encontrados por outros autores.

Em relação às pesquisas anteriores, Hoffmann e Frey (2017) e Souza e Silva (2019) abordaram as maiores séries históricas (cinco anos), abrangendo respectivamente 2012 a 2016

e 2013 a 2017. Entretanto, a presente pesquisa abordou uma série histórica de 2013 a 2018, ou seja, ampliou para seis anos.

Destaca-se que nenhuma das pesquisas anteriores utilizou apenas os clubes rebaixados para a série B como objeto de estudo. Por sua vez, Santos, Dani e Hein (2016) foram os únicos autores que analisaram as três séries do campeonato brasileiro (A, B e C). Hoffmann e Frey (2017) focaram apenas nos clubes catarinenses, enquanto Souza, Kich e Kich (2018) analisaram cinco maiores clubes brasileiros. Por fim, Benin, Diehl e Marquezan (2019) pesquisaram clubes brasileiros que estiveram pelo menos uma vez na série A do campeonato brasileiro, enquanto Souza e Silva (2019) analisaram a situação econômico-financeira do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e do Sport Club Internacional.

Dessa forma, percebe-se que esta pesquisa trouxe inovação no âmbito das pesquisas acadêmicas e científicas, tendo em vista que apresentou uma nova abordagem quanto ao objeto de estudo, até onde se teve conhecimento.

5. Conclusões

Tendo em vista que o objetivo da presente pesquisa era de “analisar o comportamento e a relação dos indicadores dos clubes brasileiros rebaixados para a série B bem como os clubes que acessaram a série A, entre os anos de 2013 e 2018”, considera-se que o mesmo foi atingido. Os resultados da pesquisa, por meio da análise de dados oriundas dos demonstrativos contábeis dos clubes de futebol que participaram da série A do campeonato brasileiro, possibilitaram identificar o comportamento de indicadores econômico-financeiros.

Conforme exposto na fundamentação teórica, os indicadores de liquidez "são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa" (MARION, 2012, p. 75), enquanto os indicadores de endividamento evidenciam o quanto a empresa utiliza recursos de terceiros ou dos sócios da instituição. Por fim, os indicadores de rentabilidade evidenciam o rendimento dos investimentos realizados pela entidade bem como o grau de eficácia econômica.

Observou-se que ao longo da série, cinco clubes brasileiros foram rebaixados mais de uma vez para a série B: Vasco da Gama (2013 e 2015); Ponte Preta (2013 e 2017); Avaí (2015 e 2017); Vitória (2014 e 2018) e América MG (2016 e 2018). O clube com maior superávit foi o Vasco da Gama em 2015 com R\$ 119,8 milhões, enquanto o maior déficit foi do Botafogo (2014), com -R\$ 174,8 milhões. Os clubes Vasco da Gama (2014 e 2016); Avaí (2014, 2016 e 2018); e América MG (2015 e 2017) acessaram mais de uma vez a série A. O maior superávit foi do clube Botafogo em 2015 com R\$ 108,8 milhões e o maior déficit foi do Internacional (2017) com -R\$62,5 milhões

Em relação aos ativos intangíveis, destaca-se que os clubes Portuguesa, Ponte Preta (rebaixados) e América MG (acesso) não registraram seus atletas na conta de ativo intangível como determina o Conselho Federal de Contabilidade na NBC T 10.13.

Pode-se concluir que tanto o Endividamento Geral quanto a composição de endividamento apresentaram um baixo desvio padrão e uma média com poucas oscilações ao longo da série histórica, indicando que é viável considerar esses indicadores para analisar a influência no rebaixamento dos clubes. Em contrapartida, o indicador de Liquidez Imediata teve a menor oscilação ao longo da série nos clubes com acesso para a série A, podendo ser considerado uma característica específica destes clubes.

O indicador de rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE) apresentou o maior desvio padrão nos dois grupos analisados, evidenciando que esse coeficiente é peculiar de cada clube e indica que não são parâmetros para analisar a influência no rebaixamento. Tantos os clubes

rebaixados para a série B quanto os que tiveram acesso para a série A, apresentaram resultados negativos nos indicadores de rentabilidade sobre o Ativo (ROA) e rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE) na maioria dos anos. Esse resultado revela que os clubes, em sua maioria, não obtiveram retornos positivos na utilização dos seus ativos.

Destaca-se que o presente trabalho não teve o objetivo em abordar estatística para buscar correlação dos indicadores frente ao rebaixamento dos clubes, bem como evidenciar a eficiência dos clubes relacionando os indicadores econômico-financeiros com a performance no campeonato. Dessa forma, sugere-se para pesquisas futuras aplicar estatística para evidenciar se há correlação de indicadores econômico-financeiros com o rebaixamento para a série B; abordar a eficiência dos clubes rebaixados para a série B; vincular outros indicadores contábeis ou ampliar a série histórica.

6. Referências

ARAÚJO, Paula Amaral et al. A evidenciação dos Ativos Intangíveis dos clubes de futebol Corinthians, Flamengo, Palmeiras, Santos, São Caetano e São Paulo. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 203, p. 30-43, 2013.

ARAÚJO, S. F.; BUESA, Natasha Young. Contabilidade esportiva: a adoção da resolução nº 1.005/2004 nos clubes paulistas de futebol profissional. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v. 3, n. 1, 2012.

ASSAF NETO, A.; LIMA, G. F. **Curso de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BASTOS, Paulo Sérgio Siqueira; PEREIRA, Roberto Miguel; TOSTES, Fernando Pereira. Uma contribuição para a evidenciação do ativo intangível-atletas-dos clubes de futebol. **Pensar contábil**, v. 9, n. 36, 2007.

BENIN, Maicon Manoel; DIEHL, Carlos Alberto; FIGUEIRA-MARQUEZAN, Luiz Henrique. Determinantes da evidenciação de indicadores não financeiros de desempenho por clubes brasileiros de futebol. **Estudios Gerenciales**, v. 35, n. 150, p. 16-26, 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Técnico nº 26 (revisão 1), de 15 de dezembro de 2011. Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em: 16 ago. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº 1005/2004 de 17/09/2004 que aprovou a NBC T 10.13 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Desportivas Profissionais. Disponível em: http://www.cfc.org.br/uparq/Normas_Brasileiras_de_Contabilidade.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

CFC. Resolução CFC nº 1.429, de 25 de janeiro de 2013. 2013. Aprova a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001005. Acesso em: 02 de set. 2019.

DANTAS, Marke Geisy da Silva; BOENTE, Diego Rodrigues. A eficiência financeira e esportiva dos maiores clubes de futebol europeus utilizando a análise envoltória de dados. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 13, p. 75-90, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUZMÁN, Isidoro; MORROW, Stephen. Measuring efficiency and productivity in professional football teams: evidence from the English Premier League. **Central European Journal of Operations Research**, v. 15, n. 4, p. 309-328, 2007.

HOFFMANN, Victor Matheus; FREY, Irineu Afonso. **Rentabilidade, liquidez e endividamento dos clubes catarinenses**: uma análise econômico-financeira das agremiações de futebol do estado. 2017. Disponível em: <http://150.162.242.35/handle/123456789/188550>. Acesso em: 08 set. 2019.

HOLANDA, Allan Pinheiro et al. Determinantes do nível de disclosure em clubes brasileiros de futebol. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 1, p. 2-17, 2012.

LISZBINSKI, Bianca Bigolin et al. Custo de formação de atletas em entidades desportivas profissionais: um estudo sobre a aderência às normas contábeis. *In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. 2012.

MARÇAL, Ronan Reis. Contabilidade Desportiva: Um estudo sobre o impacto dos investimentos na formação de atletas nas marcas dos clubes brasileiros de futebol. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 19, n. 2, p. 68-76, 2018. Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br>. Acesso em: 13 ago. 2019.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; CARNEIRO JÚNIOR, João Bosco Arbués; KÜHL, Carlos Alberto. **Análise financeira das empresas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanço**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clovis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PESTANA BARROS, Carlos; ASSAF, Albert; SÁ-EARP, Fabio. Brazilian football league technical efficiency: a Simar and Wilson approach. **Journal of Sports Economics**, v. 11, n. 6, p. 641-651, 2010.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. *In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Cap. 3. p. 76-97.



REZENDE, Amaury José; DALMÁCIO, Flavia Zóboli; SALGADO, André Luiz. Nível de disclosure das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 13, n. 2, 2010.

SANTOS, CA dos; DANI, A. C.; HEIN, N. Estudo da relação entre do ranking formados pela Confederação Brasileira de Futebol e a partir dos indicadores econômico-financeiros dos clubes de futebol brasileiros. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 5, n. 3, 2016.

SAPORITO, Antônio. **Análise e estrutura das demonstrações contábeis**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

SILVA, Pâmela Moreira da. **Impacto do desempenho desportivo dos clubes de futebol brasileiros nas demonstrações contábeis**: uma análise comparativa entre Grêmio Foot-ball Porto Alegrense e o Sport Club Internacional. 2018.

SOUZA, Douglas Roberto de; KICH, Mara Cristine; KICH, Marcos Ricardo. Análise do desempenho econômico-financeiro dos cinco maiores clubes de futebol brasileiros. **Revista Borges**, v. 8, n. 2, p. 110-126, 2018.